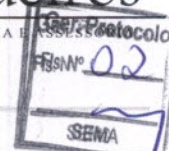




Medeiros

ENGENHARIA E ASSESSORIA



ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEMA MT.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA

TOMADA DE PREÇO nº 03/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 161275/2019 – SEMA MT.

OBJETO: Execução de Obras referentes ao projeto Mato Grosso Sustentável / Fundo Amazônia

Protocolo n.º: 280357/2019 Data: 13/06/2019 14:56

Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Interessado(a): MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA  
Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO  
Resumo: REF. TOMADA DE PREÇO N 03/2019 – PROC. ADMN. 16  
1275/2019 – EXECUÇÃO DE OBRAS REFERENTES AO PROJETO MA

Setor Origem: GPROT – GER. DE PROTOCOLO  
Setor Destino: GSMA – GAB. DO SEC. DE ESTADO DE MEIO AM

Volume: 1 de 0



MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA, CNPJ Nº 27.406.174/0001-05 neste ato regularmente representada pelo seu sócio proprietário Sr. PAULO PAZETO MEDEIROS, com fulcro no art. 5º, incisos XXXIV, alínea “a” c/c inciso LV, da Constituição Federal; art. 109, § 3º, da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações); vem à ilustre presença de Vossa Senhoria, apresentar, **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação (CPL), apresentando, a seguir, suas razões de recurso.



PAULO PAZETO MEDEIROS

65. 9.8149 5359  
66. 9.9939 5359

engenharia@medeirosecia.com.br

Av. Mato Grosso, Nº307, Centro, Centro Empresarial Medeiros  
Nova Xavantina-MT, CEP 78690-000.





Ger. Protocolo
Fis. Nº 03
SEMA

## DA ANÁLISE FÁTICA

Trata-se de Recurso Administrativo visando combater a r. decisão da Comissão Permanente de Licitação que **DESCCLASSIFICOU** a RECORRENTE na fase de HABILITAÇÃO da TOMADA DE PREÇO n.º 03/2019 – SEMA LOTE 01 e sequer abriu prazo para interposição de recurso da licitante, lesando seu direito previsto em lei.

## DAS RAZÕES

### 1 – LESOU O DIREITO DESTA LICITANTE EM IMPETRAR RECURSO

Antes que se defenda a inexistência de interesse para a interposição do recurso administrativo, destaco que inexiste tal regulação. **Não cabe ao gestor público concluir que em decorrência da ausência de qualquer licitante a uma sessão pública de habilitação**, promovida em uma TOMADA DE PREÇO, encontra-se o mesmo autorizado a ignorar os procedimentos definidos na Lei Federal de n. 8.666/1993.

Não é dado ao ordenador de despesa e, muito menos, aos membros de uma Comissão de Licitação optar por ignorar determinados atos procedimentais de uma licitação com o fim de reduzir custos financeiros ou da celeridade ao certame, tendo em vista o reduzido número de licitantes ou a ausência dos mesmos durante as sessões públicas, posto que, como já exposto, a participação em um processo tomada de preço pode se dar sem a presença do representante legal, sem que, tal fato, autoriza a administração pública a ignorar sua obrigação de dar ampla publicidade aos atos administrativos realizados.

A comissão não pode lesar e tirar o direito da licitante em impetrar com recurso e simplesmente passar para nova fase do processo licitatório, ignorando o direito previsto em lei para o licitante defender-se das acusações. A Lei 8.666/93 em seu Art. 109 é bem clara:

*“Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:  
I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da*







intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) **habilitação ou inabilitação do licitante**

Ger. Protocolo
Fls. Nº 04
SEMA

## 2 – EXIGÊNCIAS ESDRÚXULAS NO ATESTADO TÉCNICO OPERACIONAL

Está recorrente apresentou dois atestados: 1º em nome do profissional e da empresa Geotop Construções na execução de uma obra de mais de 800 m2 e 2º em nome da empresa licitante e do profissional com mais de 350 m2. Ou seja, o técnico da empresa já provou executar mais de 800 m2 em obras e a empresa já provou executar 350 m2 em obras.

Antes de tudo, importante transcrever o Art. 3º da Lei 8666/93:

*“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração...”*

O TCU já se expressou quanto ao exagero na solicitação de capacidade técnica operacional

Súmula 263:

*“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, **às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado**, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”*

A decisão desta CPL revela que não estão baseando-se nas premissas legais de selecionar os itens com parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. Está é uma obra sem complexidade cujo o direito de construção deveria dar-se apenas pela apresentação do diploma de engenheiro, que já concerne todos os requisitos: construção civil, instalações elétricas de baixa tensão e instalações hidros sanitárias.







Ora, desclassificou e infringiu a isonomia do processo alegando que a Recorrente não atende ao item 13.5.3 subitens "e" e "f", vejamos:

Subitem "E": Execução de instalações elétricas em baixa tensão, valor R\$ 15.166,90, equivalente a 6,48% do valor da obra. Não se pode deixar de garantir o melhor preço para administração pública por um item que sequer há uma relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, até porque o próprio o CREA do engenheiro civil já lhe garante o direito de executar instalações elétricas de baixa tensão.

Subitem "F": Execução de instalações hidros sanitárias, valor R\$ 8.112,69, equivalente a 3,46% do valor da obra. Não se pode deixar de garantir o melhor preço para administração pública por um item que sequer há uma relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, até porque o próprio o CREA do engenheiro civil já lhe garante o direito de executar instalações hidro sanitárias.

Seria uma vergonha para o Conselho de Engenharia e para as leis que regem as contratações públicas deixar ser escancarado a incapacidade de uma empresa de engenharia com atestados de obras proporcionais a 800m<sup>2</sup> e 350m<sup>2</sup>, de seu engenheiro civil não poder executar instalações elétricas de baixa tensão e instalações hidros sanitárias. Ademais, está comissão deve-se manter atenta às leis e às exigências, como por exemplo, levar e obedecer o **Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.205/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011:**

*"Acolher a representação MPC Nº 0044/2008, no sentido de considerar que a exigência – formulada a pessoa jurídicas – de atestado ou certidão que comprove a prévia execução de obras e serviços de engenharia (o que se convencionou denominar "capacidade técnico-operacional") não pode ser colocada como elemento impeditivo à habilitação de possíveis interessados em contratar com a Administração Pública (...)"*

Está mais do que provado que não se deve deixar está licitante fora do certame por mero formalismo e acusações esdruxulas, que, conforme provado acima, não são cabíveis para desclassificação. E, conforme já aberto os envelopes de preços dos concorrentes, é garantido que **o melhor preço para Administração**







Ger. Protocolo  
Fls. Nº 06  
SEMA

Pública é desta Recorrente.

#### 4 – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, **REQUER** a esta Douta Comissão Permanente de Licitação que receba o presente recurso e dê provimento total de nossas razões para:

- a) Reformar a decisão desta digna Comissão, com base nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e economicidade declarando a Medeiros Engenharia e Assessoria Classificada na fase de Habilitação.
- b) Que seja aberto o envelope de proposta de preço desta Recorrente e julgado o menor valor.

Da mesma forma, lastreados nestas razões recursais, requeremos que, caso esta CPL não seja convencida da necessidade das reformas acima requeridas, faça esta peça subir, devidamente informada à autoridade superior, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 109 da lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Cuiabá/MT, 13 de junho de 2019.

**PAULO PAZETO MEDEIROS**  
Engenheiro Civil  
CREA 1214664709

**MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA**  
**CNPJ 27.406.174/0001-05**

**PAULO PAZETO MEDEIROS (CPF 037.578.081-50)**  
**SÓCIO PROPRIETÁRIO**

